



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 680104 - MG (2021/0218868-2)

RELATOR : MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
IMPETRANTE : OLEMAR GUILHERME DA CUNHA
ADVOGADO : OLEMAR GUILHERME DA CUNHA - MG201081
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : IURE JACKSON COELHO CALDAS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de IURE JACKSON COELHO CALDAS em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (Processo n. 1.0000.21.116700-2/000).

O paciente foi preso em flagrante, no dia 15/12/2020, pela suposta prática dos delitos previstos no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/06 c/c art. 14 da Lei n. 10.826/03, tendo sido sua prisão convertida em preventiva.

O impetrante sustenta que inexistente fundamento idôneo capaz de demonstrar que o custodiado possa perturbar a ordem pública, excesso de prazo na formação da culpa, uma vez que já decorreram aproximadamente 211 dias de privação de liberdade do acusado, existência de predicados pessoais favoráveis ao paciente e desproporcionalidade da segregação cautelar, tendo em vista que, "em caso de condenação a situação do paciente será menos gravosa que a atual, pois gozará dos benefícios da minorante do §4º, do art. 33 da Lei de drogas" (fl. 14).

Requer, em pedido e no mérito, a concessão da ordem a fim de que o paciente seja posto em liberdade.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente